

CONTRAPONTO

Por um movimento estudantil democrático, autônomo e de luta!

- APRESENTAÇÃO -

Este é um convite à rebeldia. Tropeçamos, dia-a-dia, com as opressões e injustiças do mundo, e não queremos fechar nossos olhos diante delas. Esse olhar para o mundo da forma como ele é não significa desesperança ou ceticismo. Ao contrário, é impulso insurgente e inconformista, combustível que nos faz projetar um novo mundo, e lutar por uma nova sociedade, fundada na justiça, na solidariedade, na liberdade. E para isso é preciso ousar: fazer das contradições, a crítica; do inconformismo, a coragem; e da indignação, o movimento!

Esta é a Pré-Tese do Contraponto, coletivo de luta do movimento estudantil, nacionalmente organizado, e que visa dar os primeiros passos na construção de uma plataforma de propostas para a XII o Conselho Nacional das Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes, interferindo no seu principal debate: a nova proposta de reforma da universidade brasileira que será construída pela própria UNE.

Aqui estão os princípios que nos norteiam: o de um movimento democrático e que transforme a realidade ao seu redor através da mobilização e da luta; de uma educação pública, gratuita, popular, e de qualidade como pressuposto para uma universidade crítica e transformadora, espaço de reflexão e atuação, no melhor espírito da práxis; e uma sociedade mais humana e solidária, sem desigualdades, opressões e injustiças.

Queremos construir, em conjunto com os/as estudantes que compartilhem de nossa indignação, um amplo debate sobre os rumos do movimento estudantil, sobre a educação no Brasil, e como podemos nos mobilizar para transformar a realidade da educação e do país.

Fruto desse debate, queremos nos somar a todas as mobilizações dos estudantes e do povo, na luta por novas formas de estudar, produzir e viver, contra aqueles que querem nos ver calados, passivos e imóveis, como se fôssemos mercadorias. Nossa pré-tese foi construída a muitas mãos e está aberta à contribuições de CA's, DA's e estudantes que, como nós, acreditam que só a luta muda a vida.

É essa luta pela desmercantilização da vida que nos move, que nos traz até aqui. Desde já, te convidamos para fazer parte dessa caminhada! Transformar a indignação em reflexão, a reflexão em debate, o debate em mobilização, e a mobilização em um mundo mais justo e livre!

Ousamos lutar, quando a regra é vender!

Vamos juntos!

- MUNDO -

“Em vão percorremos volumes, viajamos e nos colorimos. A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua. Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. Meu nome é tumulto e escreve-se na pedra.”

Carlos Drummond de Andrade

Vivemos tempos de crise. Uma crise que se manifesta através de guerras, violência, fome e opressão. Mas que, recentemente, também se revelou autofágica: a crise do capitalismo financeiro-especulativo colocou novamente em xeque o discurso neoliberal. Mas afinal, em que consiste este discurso?

O neoliberalismo surgiu na década de 70, quando a burguesia internacional, vendo suas taxas de lucro despencarem, elaborou uma nova estratégia: a cartilha neoliberal, cristalizada no “Consenso de Washington”, surgiu propondo a privatização dos direitos sociais, diminuição de investimentos públicos, criação de grandes áreas de livre-comércio, flexibilização de direitos trabalhistas e diminuição do papel do Estado, o chamado “Estado Mínimo”.

Desde então, seja pela via diplomática, seja pela via militar, o imperialismo avança sob a égide neoliberal, cujas principais motivações são de ordem econômica: abertura de novos mercados a partir do aprofundamento da divisão internacional da produção e do trabalho. Ao mesmo tempo, intensifica-se brutalmente a exploração da força de trabalho no mundo. Nos países onde há sistemas de proteção social, o neoliberalismo avança de forma voraz sobre os direitos sociais para restringi-los e eliminá-los. Onde o Estado não cumpre seu papel, o neoliberalismo amplia de forma direta a miséria dos povos que por ele são explorados.

Em qualquer território, a hegemonia neoliberal utiliza todos os métodos e instrumentos de que dispõe para ferir a soberania e a autodeterminação dos povos e privatizar os serviços públicos mais essenciais, levando destruição para o meio ambiente, fome, desemprego, miséria, violência e morte em escala cada vez maior.

A crise econômica que culminou em 2008 é prova disso. Tendo como base a especulação imobiliária nos EUA, ela se alastrou em pouco tempo, resultando numa crise de todo o sistema financeiro internacional. A economia mundial a serviço dos interesses imperialistas, apostou na financeirização do capital para maximizar seus lucros. O crescimento da riqueza financeira mundial (ações e debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias) e o crescimento do PIB mundial são a prova desta opção nefasta: entre 1980 e 2006, o primeiro cresceu mais de 14 vezes, enquanto o segundo não chegou a cinco. Esta crise, portanto, é resultado do mundo desregulado e governado exclusivamente a partir da lógica do mercado.

Nos EUA, o governo já cobra a conta pela crise. Salva bancos e seguradoras com recursos do contribuinte, jogando por terra a cantilena neoliberal. No Brasil, para salvar empresas como Sadia e Aracruz (que juntas perderam mais de R\$ 3 bilhões em uma semana), além de pequenos bancos e financeiras, o governo anunciou um dia após as eleições municipais, Medida Provisória

que prevê uma série de facilidades aos especuladores. Mais uma vez, seja nos EUA, seja no Brasil, o povo paga a conta pela crise.

As veias da América Latina continuam abertas

Com o mesmo discurso hipócrita com que ocupa militarmente os países no Oriente Médio, o imperialismo articula seu projeto de dominação na América Latina baseado na desnacionalização das economias e sua abertura para as transnacionais. A tática dos EUA é dividir o continente. De um lado, cooptam Governos com os quais fazem acordos comerciais e militares, como México, Chile, Uruguai e Brasil – inclusive garantindo este último no lamentável papel de liderar as tropas da ONU na ocupação do Haiti. De outro lado, perseguem os movimentos populares e sociais que lutam por um caminho próprio para seus países, em particular as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, e financiam movimentos golpistas, como na Venezuela e mais recentemente na Bolívia.

No entanto, as veias da América Latina continuam abertas. A resistência de Cuba, onde mesmo com o afastamento do Comandante-em-chefe, Fidel Castro, a revolução prossegue; e os êxitos dos Governos Democrático-Populares da Venezuela, Bolívia e Equador, são provas de que o imperialismo sofre derrotas no continente. Com graus diversos de consciência e mobilização popular, estas experiências acusam o cansaço do povo com as forças políticas tradicionais e com o neoliberalismo e cumprem importante papel no avanço de um pólo anti-imperialista e anti-monopolista no continente.

Nacionalização de recursos naturais e estatização de empresas estratégicas, ampliação e fortalecimento da educação e saúde públicas, Reforma Agrária e Reforma Urbana, quebra do monopólio dos grandes meios de comunicação. Estes e outros fatores só são possíveis com a radicalização da democracia e intensa mobilização popular impulsionados por Governos Democrático-Populares como os de Bolívia, Equador e Venezuela.

Imperialismo, violência e controle dos recursos naturais

Sob comando do imperialismo, guerras e ocupações militares têm sido promovidas sob a absurda justificativa de levar a “democracia” e a “liberdade” aos países e garantir a paz ao mundo. Porém, seu único objetivo é, na verdade, gerar lucros para a indústria bélica estadunidense e para as transnacionais do petróleo e da construção civil. Porém, as investidas imperialistas sobre o mundo assumem hoje um novo papel estratégico: o controle jurídico, econômico e militar sobre as reservas naturais e, conseqüentemente, sobre as fontes energéticas alternativas e a biodiversidade.

Essa investida ocorre em paralelo à presença de falsas ONG’s na Amazônia, que procuram justificar sua presença em território brasileiro para fins de pesquisa e ajuda humanitária às comunidades ribeirinhas, mas que na verdade estão “pirateando” os recursos naturais brasileiros em benefício da indústria farmacêutica da Europa e EUA. Além disso, avança a monopolização das novas tecnologias através do direito de “propriedade intelectual”, em particular no campo da biotecnologia e da informática, privando parcela majoritária da população mundial de seu usufruto, apesar das pesquisas serem financiadas, via de regra, com dinheiro público.

Ao mesmo tempo, as pesquisas em busca de alternativas ao esgotamento da atual matriz energética – hoje baseada no petróleo – apontam para fontes de energia igualmente danosas. Os agrocombustíveis (no Brasil chamado de “biocombustíveis”) ameaçam a soberania alimentar e reservam um futuro de dependência do agronegócio e retomada das grandes monoculturas do século XIX.

A questão ambiental e a luta anticapitalista

O aquecimento global é a maior ameaça ao futuro do planeta. Os maiores países produtores são responsáveis pela emissão de mais da metade dos gases e resíduos que destroem a camada de ozônio e fazem aumentar a temperatura em escala planetária. As conseqüências já são visíveis ao redor do planeta: tsunamis, furacões, tornados, enchentes, terremotos, derretimento das geleiras e extinção de espécies vegetais e animais. Mesmo assim, os países que mais poluem a terra, em particular os EUA e a China, responsáveis por mais de 50% da emissão de gases poluentes sobre a atmosfera, recusam-se a assumir os compromissos assinados pelos protocolos do Rio de Janeiro (1992) e de Kioto (1999).

Isto porque, o modelo econômico vigente não tem preocupação com as questões ambientais. Ao mesmo tempo, em todo o mundo crescem as manifestações, mobilizações e lutas em defesa do meio ambiente e por uma sociedade mais consciente dos riscos da degradação ambiental e de suas conseqüências para as gerações atuais e futuras. Porém, muitas destas lutas carecem de um questionamento mais geral do capitalismo como responsável pela degradação ambiental.

O ecossocialismo é um debate recente e que busca não apenas sintetizar o socialismo e o ambientalismo em uma só visão de mundo e estratégia política, mas também formular propostas concretas que alcancem a raiz do problema ambiental, ou seja, a estrutura econômica da sociedade, como por exemplo o desenvolvimento de fontes de energia renovável. Este é o caminho para a síntese entre a luta ambiental e a luta anticapitalista.

- BRASIL -

“Brasil, mostra a tua cara! Quero ver quem paga pra gente ficar assim!”

Cazuza

O começo desta década foi marcado no Brasil pela grande frustração das expectativas de milhões de brasileiros que resistiram às políticas neoliberais da década de 1990 e lutaram pela construção de um projeto político alternativo ao desmonte do Estado e ao crescimento da exploração do trabalho. Ao contrário dos exemplos latino-americanos que usaram da chegada ao poder para, a partir dele, conduzir reformas estruturais, estimulando a mobilização e organização do povo, Lula e o PT tomaram o rumo da continuidade do projeto político anterior e protagonizaram uma grande derrota das forças populares.

O resultado disso é que o poder das elites no Brasil e de sua política neoliberal, a despeito das crises que assolam o sistema, continua forte. Através de grandes grupos econômicos, partidos conservadores, mídia, promovendo o desmonte dos serviços públicos estatais, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a burguesia segue no controle dos aparatos do Estado, utilizando a política como forma de maximizar seus lucros e diminuir os riscos de suas operações.

Ao mesmo tempo, aos poucos vão sendo desvendados os mecanismos pelos quais esta política antipopular se sustenta: os numerosos casos de corrupção mostram claramente que o governo e sua base optaram pela política dos acordos de gabinete, ao invés da mobilização, da pressão popular e dos instrumentos de democracia direta como os referendos, plebiscitos e leis de

iniciativa popular.

FORTALECER A UNIDADE POPULAR, DERROTAR O NEOLIBERALISMO!

Mesmo assim, ainda há quem diga que no Governo Lula o neoliberalismo está embrenhado apenas no Banco Central e no Ministério da Fazenda – ou seja, apenas na política econômica. De fato, a política econômica do atual Governo é tão ortodoxa quanto a de FHC e Malan e sua suposta estabilidade tem relação mais com uma conjuntura internacional favorável, que com qualquer alteração significativa dos “fundamentos” da economia brasileira. No entanto, à semelhança de seu antecessor – que tentou aprovar Reformas para retirar direitos do povo e que aprovou medidas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que só existe para restringir recursos das áreas sociais – o Governo vem aplicando, para além da política econômica, medidas de caráter estrutural (reformas e leis) que seguem fielmente a cartilha neoliberal.

Ainda no primeiro mandato de Lula, vieram as primeiras destas medidas. A Reforma da Previdência, efetuada em 2003, taxando os inativos do serviço público, ao invés de garantir a cobrança dos grandes sonegadores, restringiu e retirou direitos dos servidores públicos em benefício unicamente do capital financeiro internacional. Nesse bojo veio também a Reforma Tributária. À semelhança da Reforma da Previdência, o Governo optou por não fazer o que deveria ter feito – taxar as grandes fortunas e combater a sonegação fiscal – mas sim por ampliar ainda mais os mecanismos de transferência de recursos públicos para o setor privado, seja através de isenções fiscais, seja mantendo a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira direitos legais da saúde e educação para a geração de superávit primário e, assim, acalmar os especuladores internacionais. Além das reformas, o Governo Lula, em conluio com o Congresso Nacional, vem implementando outras medidas que implicam na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. São exemplos destas, a Lei de Falências, a Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), dentre outras.

Economia brasileira: um tigre de papel

“Quando era o Brasil que tinha problemas, todo dia tinha banco dando palpíte. Toda semana vinha uma equipe do FMI e o coitado do Brasil quebrava. Cadê os palpites que eles estão dando agora na crise americana? Cadê o FMI? Por que o FMI não está lá dando palpíte? É porque a crise é deles (...)”

Lula, durante cerimônia de batismo da plataforma P-51, em Angra dos Reis

Infelizmente, Lula se engana ao dizer que “a crise é deles”. A atual crise do setor imobiliário norte americano já tomou proporções internacionais. Desde a “Segunda-Feira Negra” - em que a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos rejeitou o pacote de Bush que injetaria 700 bilhões de dólares de seus contribuintes para salvar bancos a beira da bancarrota e as bolsas de Wall Street despencaram mais de um trilhão de dólares - que bolsas de todo o planeta seguem a tendência de cair dia após dia. O Brasil não é exceção: a Bolsa de Valores de São Paulo já recuou 44,36% este ano.

Mas por que se fala tanto desta crise? Ela é resultado da ciranda financeira em que se meteu o capitalismo. O longo ciclo de descolamento entre a economia real, isto é, a produção, e o mercado financeiro está é o que em questão. A estimativa é de que o volume de ativos financeiros em circulação no mundo especulativo chega a dez vezes superior ao PIB do planeta, cerca de R\$ 60 trilhões.

Esta crise, por sua extensão e por afetar a maior potência financeira do mundo, terá desdobramentos diretos sobre as demais economias do planeta. As conseqüências sobre a economia dos EUA já estão sendo sentidas, especialmente sobre a população: após a farra privada dos lucros fáceis, o povo estadunidense pagará a conta para salvar o sistema financeiro. No Brasil, diante da crise financeira que atingiu o mundo, Lula arvorou-se em defender a “solidez” da economia brasileira. Porém, o país segue com uma enorme vulnerabilidade externa. Ela ocorre no plano produtivo, tecnológico, financeiro e monetário, demonstrando a enorme dependência que o Brasil segue tendo diante dos mercados.

Os exemplos de Venezuela e Bolívia demonstram como é possível realizar a transição do modelo falido dos bancos e transnacionais para outro tipo de economia, menos dependente do exterior e da especulação, valorizando o trabalho, os recursos naturais e o papel do Estado. A Venezuela foi o único país sul-americano que não teve queda na bolsa na “segunda-feira negra”. Além do preço do petróleo ter tido uma nova alta, outros três fatores explicam esse fenômeno: a) a Venezuela não tem ativos na bolsa de NY; b) o governo venezuelano tem uma rígida política de controle de capitais e; c) recentemente o governo nacionalizou o Banco da Venezuela, braço venezuelano do grupo Santander e o principal banco privado daquele país.

Assim como os EUA, o governo brasileiro pretende transferir a conta da crise ao povo. O pacote divulgado logo após as eleições municipais teve como objetivo injetar mais de R\$ 20 bilhões na economia, com o objetivo de manter os fundamentos conservadores da política econômica de Lula, salvar os bancos e manter os interesses dos especuladores.

Por uma política econômica distribuidora de riqueza e renda!

Quando assumiu a presidência da República, Lula disse ter encontrado uma “herança maldita”. De fato, os índices econômicos eram desfavoráveis. Porém, ao invés de enfrentar a crise social e econômica, Lula e sua equipe fizeram a opção oposta: dar continuidade para a mesma política econômica de recessão e desemprego de FHC e Malan. Quando Lula assumiu, em janeiro de 2003, a dívida externa correspondia a R\$ 270 bilhões. Que fez o Governo diante disso? Na contramão do programa histórico que defendeu – auditoria e realização do plebiscito oficial da dívida – Lula optou por “honrar” os contratos às custas de um superávit primário que sangra o investimento social.

Entre as principais medidas deste segundo mandato, está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado pelo Governo como uma medida de indução do crescimento e do emprego e distribuição de renda. No entanto, trata-se na verdade de mais uma medida de transferência de recursos públicos e dos trabalhadores para a iniciativa privada. O PAC reduz, através de isenções fiscais, em R\$ 6,6 bilhões o montante de impostos que os grandes grupos econômicos deveriam pagar. Além disso, parte dos supostos “novos investimentos” previstos no PAC não vêm dos recursos da União, mas de investimentos privados ou das empresas estatais, ou seja, na verdade não é a União que financia o PAC, mas o setor privado e as empresas públicas. Portanto, na contramão da euforia governista, o PAC não representa nenhum tipo de avanço, como evidenciou o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que apesar dos protestos de Dom Luiz Cappio, virá em benefício do agronegócio e dos grandes usineiros.

Em defesa dos direitos trabalhistas e da livre organização dos trabalhadores!

Em 2002, Lula prometeu criar 10 milhões de novos empregos. No entanto, as taxas de desemprego nos últimos anos permanecem estáveis, e o número de empregos criados não foi suficiente sequer para cobrir o contingente de jovens que ingressaram no mercado de trabalho. Para piorar, sob o absurdo argumento de que “os direitos trabalhistas inviabilizam o crescimento e a geração de empregos”, o Governo prepara, através da Reforma Trabalhista, uma violenta ofensiva para restringir e retirar direitos conquistados pela luta dos trabalhadores que propõe, dentre outras medidas, que o negociado prevaleça sobre a lei, flexibilizando garantias históricas como férias e 13º salário.

Vale dizer que a Reforma Trabalhista já vem sendo implementada de forma fatiada. São exemplos disso a proposta de projeto de lei de restrição do direito de greve no setor público, bem como as medidas presentes no PAC, como a transferência de recursos do FGTS para os grandes grupos econômicos.

Para coroar este quadro, em 2005 o Governo apresentou ao Congresso Nacional uma Reforma Sindical que, na prática, restabelece o controle do Estado sobre os sindicatos. Já há medidas que vêm sendo tomadas nesta direção, como as normativas do Ministério do Trabalho intervindo na organização das entidades de classe. Mais grave ainda, é a iniciativa articulada nos gabinetes do MEC de criação de um sindicato governista paralelo ao ANDES-SN, o sindicato nacional dos docentes do ensino superior. Com a mobilização de professores em todos o Brasil e de seu combativo sindicato, o novo proto-sindicato ainda não vingou. Ainda assim, este é um sinal de como o governo tratará aqueles setores que a ele se opuserem.

Por Reforma Agrária e da soberania alimentar!

Menos de 1% dos proprietários de terra detêm o equivalente a 46% das terras, dos quais uma parte significativa são latifúndios improdutivos. Para se ter dimensão, apenas as 300 maiores propriedades agrícolas somam uma superfície igual à soma dos territórios dos Estados de São Paulo e do Paraná! O outro lado da moeda é a existência de 4,6 milhões de famílias camponesas que não possuem terra para cultivar e nela viver.

Enquanto o Governo Lula mantém uma política voltada para o agronegócio, com créditos vultosos a juros baixos, assistência técnica gratuita fornecida por órgãos públicos, isenções fiscais e tudo o mais que se possa imaginar, a Reforma Agrária continua parada. O crescimento das monoculturas da soja e do eucalipto, com linhas de crédito do BNDES são expressão dessa opção. Segundo o MST, “assim como a política econômica do governo Lula, a política de Reforma Agrária nada tem de original e repete os mesmos passos do governo Fernando Henrique Cardoso”.

Enquanto o Governo faz seu jogo de cena, o MST e os demais movimentos de luta pela terra seguem firmes a organizar os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para a luta em prol da terra, da Reforma Agrária e da construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana. O movimento estudantil deve assumir como parte de suas lutas o combate em defesa da reforma agrária.

Defender o Meio Ambiente!

No Brasil, a questão ambiental segue sendo um dos principais temas da agenda política do país. Muitos foram os que dedicaram-se à causa ambiental e pagaram com o preço de suas próprias vidas o desafio de enfrentar a ganância dos poderosos.

Na contramão de zelar pela preservação do meio-ambiente, o Governo Lula oferece aos desmatadores e especuladores todos os privilégios possíveis, seja através da Lei de Florestas - que concede por 40 anos 47% de todas as terras da Amazônia para exploração de empresas estrangeiras e desobriga o mercado madeireiro a obedecer à legislação ambiental e fundiária - seja através da facilitação legal para o cultivo de sementes transgênicas. A saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente foi a sinalização final dos compromissos e prioridades do Governo Lula: o PAC e outras medidas do governo vão na contramão de uma política de defesa da soberania e integridade ambiental.

Os estudantes devem se somar às campanhas em defesa do meio ambiente e de todos os seus biomas. Defender a natureza e seus recursos é defender a vida e as futuras gerações.

Democratizar o acesso à cultura!

O principal tema no qual a UNE tem intervindo no debate em torno da democratização do acesso à cultura diz respeito à questão da meia-entrada. Acreditamos que este debate deve transcender a perspectiva da “política de finanças” das entidades estudantis, pois reduz a meia-entrada a mero instrumento para a obtenção de recursos, deixando de lado o essencial, a saber, a democratização e a valorização da cultura popular brasileira.

O direito à meia-entrada já foi vinculado única e exclusivamente à Carteira de Identificação Estudantil (CIE) da UNE e da UBES. Tratava-se, portanto, de um monopólio. Em 2001, o Governo FHC modificou, através de uma medida provisória, as regras do direito à meia-entrada, que desde então é - em tese - garantido mediante a apresentação de qualquer identificação estudantil. A situação hoje é de impasse. Enquanto UNE e UBES defendem para si o monopólio das Carteiras que garantem o direito à meia-entrada, as regulamentações locais (por meio de leis municipais e/ou estaduais) tem encaminhado soluções à revelia dos debates hoje travados no movimento estudantil.

Defendemos que o direito seja estendido para toda a juventude, mediante a apresentação de documento oficial com foto. Essa medida é crucial porque a grande maioria da juventude brasileira está fora da universidade e uma parte considerável fora da escola. Defendemos ainda que o usufruto do direito dos demais estudantes seja garantido mediante apresentação de CIE padrão fornecida pelo poder público, terminando definitivamente com a farra das carteirinhas, obrigando as entidades que têm representatividade a buscarem formas alternativas de financiamento.

Direito à verdade e à justiça!

Todos os anos, o movimento estudantil toma as salas de aula para reescrever a história e lembrar a Ditadura Militar que matou, perseguiu, torturou e exilou centenas de brasileiros por mais de 20 anos. A abertura dos arquivos da Ditadura é uma bandeira histórica dos movimentos sociais brasileiros. À semelhança do Chile e da Argentina, onde os arquivos foram abertos e os responsáveis pelos crimes vêm sendo punidos, o Governo Federal precisa permitir que a sociedade brasileira tome conhecimento das atrocidades cometidas por agentes públicos durante a Ditadura, de tal forma que os responsáveis sejam identificados, julgados e punidos. Porém, o que temos visto é um enorme silêncio sobre o assunto. Logo após as declarações dos ministros Tarso Genro e Paulo Vanuchi defendendo a revisão da Lei da Anistia para os torturadores, a reação foi forte. Desde o centro das Forças Armadas, passando pelo próprio presidente Lula, a idéia foi amplamente rechaçada e retificada horas depois por ambos os ministros como um infeliz “mal-entendido”. Essa, infelizmente, tem sido a postura do governo Lula.

A UNE teve papel de destaque na resistência àquela ditadura. Por isso, a entidade tem de ser mais firme em relação à exigência de imediata abertura dos arquivos daquela época, à revisão da Lei da Anistia e, conseqüentemente, à defesa da punição de todos os envolvidos nos crimes de lesa-humanidade, já constatados por inúmeras organizações de direitos humanos no Brasil. A exemplo do movimento estudantil de história, a UNE deve assumir esta pauta como prioritária. A "Caravana da Anistia" embora válida, pouco faz para alterar esta situação. Só a pressão e a denúncia dos acordos entre Lula e os militares pode fazer avançar a luta em defesa da verdade e da justiça;

Defender a educação pública e gratuita para todos e todas!

No início de 2007, o Governo Federal divulgou o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação. O PDE representa uma linha de continuidade com a política educacional hegemônica no nosso país nas últimas décadas, pois seu fio condutor é a concepção de que a principal tarefa do poder público é o de regulação do sistema educacional, baseada em instrumentos de avaliação e exames que mensurem a aprendizagem dos alunos e alunas, eximindo-se de sua responsabilidade como provedor da educação.

Todo o PDE está ancorado justamente na criação do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira, que pondera os resultados de exames já existentes e dos indicadores de desempenho captados pelo censo escolar. A partir da construção do IDEB, o MEC vinculará o repasse de recursos à assinatura de compromisso dos gestores municipais com determinadas metas de melhoria dos seus indicadores ao longo de determinado período, sem, no entanto, prover-lhes de recursos adicionais.

Em seu discurso eufórico de apresentação do PDE, Lula declarou: "Eu o anuncio como o Plano mais abrangente já concebido neste país para melhorar a qualidade do sistema público e para promover a abertura de oportunidades iguais em educação". Mas Lula, não sem razão, "esqueceu-se" de um outro Plano, formulado pela sociedade brasileira: o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira (PNE-PSB). Diversas entidades, entre elas a UNE, são co-autoras deste Plano.

O PNE tramitou no Congresso Nacional, e sofreu inúmeras modificações, sendo a principal delas referente ao financiamento da educação. Pela proposta das entidades, a União deveria destinar 10% do PIB em educação por ano. Na proposta aprovada, o montante caiu para 7% do PIB. O texto aprovado pelo Congresso sofreu vários vetos de FHC, dentre os quais o montante de recursos, que, com o veto, ficou em 4% do PIB. Mas apesar de toda a expectativa dos movimentos de educação, que desde então reivindicavam a derrubada dos vetos de FHC ao PNE, os vetos não só foram mantidos pelo presidente Lula, como parece cada vez menor a chance de que derrubados na medida que o novo PNE começa a ser discutido. O Plano tem um prazo de duração de 10 anos e como foi promulgado em 2001, o atual expira em 2011, devendo um novo Plano ser aprovado pelo Congresso Nacional. É preciso rearticular o movimento social de educação para essa dura batalha.

Valorizar do Sistema Único de Saúde!

O SUS - Sistema Único de Saúde foi uma grande vitória da população brasileira. Nas décadas de 70 e 80, trabalhadores da saúde e movimentos sociais se organizaram para lutar pela Reforma Sanitária Brasileira, que culminou com a criação do SUS pela constituição de 1988 e leis subseqüentes.

Se antes somente os trabalhadores que contribuía para a previdência tinham acesso aos serviços de atenção à saúde, com o SUS, a saúde passou a ser considerada como um direito de toda a população. No entanto, sua implantação não acontece sem conflitos. Desde o início até os dias atuais, o SUS enfrenta os interesses do lobby das empresas privadas que comercializam saúde (convênios, hospitais particulares, clínicas particulares, laboratórios etc.) e, mais recentemente, vem enfrentando as tentativas de privatização através da terceirização da gestão e de serviços.

A transferência da gestão dos serviços do Estado às Organizações Sociais (OS) vem crescendo a passos largos. Essa forma de terceirização permite a flexibilização do contrato trabalhista e a desorganização da rede de serviços e gestão, além de impedir o controle social do Sistema. O mesmo acontece com a proposta de criação de Fundações Estatais de Direito Privado, que seriam responsáveis pela gestão dos hospitais e implementação de uma lógica completamente privatista à saúde.

Em meio a todas estas dificuldades, a UNE lançou em conjunto com o Ministério da Saúde, uma Caravana Nacional tendo a saúde como tema. A iniciativa, que poderia ser um marco no questionamento às políticas do governo para a saúde pública, transformou-se numa Caravana "oficial", debatendo temas de interesse do Ministério e deixando em segundo plano o debate acerca das Fundações ou tratando como elemento de segunda importância a defesa do SUS. Mais uma vez, a UNE assumiu a infeliz postura de "secretaria estudantil" do governo Lula, o que justifica a decisão das Executivas e Federações dos cursos da área da saúde de boicotarem a Caravana. Reconhecemos a proposta de uma Caravana da Saúde como positiva, porém, criticamos a postura da UNE diante do MS na escolha dos temas e conseqüente perda de autonomia.

Democratizar a Comunicação!

No Brasil, a mídia cumpre a tarefa de partido político das elites. É pela mídia que a direita ataca ideologicamente os movimentos sociais. Portanto, a luta pela ampliação de direitos aos "excluídos" passa necessariamente pelo combate à concentração dos meios de comunicação.

Recentemente, foram abertas duas grandes oportunidades para se alterar esse quadro, ambas desperdiçadas pelo Governo Federal, que tem seus compromissos firmados e reafirmados com o monopólio dos meios de comunicação. A primeira foi a digitalização da radiodifusão (TV e Rádio Digital), que poderia quadruplicar o número de canais de TV disponíveis para a concessão pública, abrindo espaço na TV para os movimentos sociais, bem como fazer com que a Internet chegasse a todas as casas com TV (95% segundo IBGE). Mas o governo Lula optou por um modelo de TV Digital que impede qualquer nova concessão de canal. A segunda, no dia cinco de outubro de 2007, quando se encerravam as concessões de inúmeras redes de rádio e TV que não cumprem sua função social (entre elas, a TV Globo). Havia um clima favorável, a partir da não renovação da concessão da RCTV na Venezuela, para um amplo debate sobre as concessões no Brasil. Porém, o governo renovou a permissão de todas as rádios e TV's sem qualquer debate com a sociedade. A própria UNE, embora participando da campanha pela democratização dos meios de comunicação desde o primeiro momento, teve uma postura tímida diante da tarefa de denunciar a política do governo Lula para o setor.

Além disso, Lula, à semelhança de seu antecessor, continua perseguindo e reprimindo as rádios e TV's comunitárias e livres. Em apenas três anos de governo, Lula fechou mais rádios comunitárias e livres do que FHC em oito anos de Governo! Devemos exigir mudanças nas ditas rádios e TV's públicas, que na prática funcionam como emissoras oficiais dos governadores e prefeitos, assim como as rádios e TV's universitárias, em relação aos reitores.

Por um transporte público e gratuito para todos!

Segundo o IBGE, o transporte é a terceira maior fonte de despesas no orçamento familiar em todas as regiões do país, e pesa mais ainda no orçamento de quem ganha menos - parcela bastante expressiva da população. Portanto, o transporte público é condição necessária para o exercício do direito de ir e vir, em particular nas grandes metrópoles, onde mais de 70% da população depende desse serviço para seu deslocamento.

Porém, as prefeituras, em conluio com as empresas transportadoras, vêm aplicando sucessivos aumentos de tarifas no transporte público muito acima da inflação e da correção salarial dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, nos últimos anos, os estudantes vêm se organizando e lutando contra esses aumentos, por redução nas tarifas e pela mercantilização do setor. Se efetivado, o direito ao passe-livre a todos os estudantes – como conquistado em Cuiabá – causará um impacto proporcionalmente maior na renda das famílias mais pobres. Essa luta deve ter como foco a universalização do transporte público e gratuito, pois apenas a estatização do transporte garantirá de fato o direito de ir e vir para a grande maioria da população.

Fortalecer os movimentos sociais para derrotar o neoliberalismo!

A atual conjuntura marca o fechamento de um ciclo na política brasileira e a abertura de um novo momento, onde a esquerda procura se reorganizar. Dentro deste processo de reorganização, é essencial haver um balanço crítico do ciclo que se esgota. É apenas olhando criticamente para o passado que se pode avançar sem repetir os erros. Por isso, do mesmo modo que o esforço pela retomada da UNE para as lutas passa pela construção de uma nova cultura política no movimento estudantil, também a reorganização do campo de esquerda passa pela construção de uma nova cultura política na esquerda brasileira cujo centro seja o trabalho de base, o fortalecimento dos movimentos sociais e a articulação de uma ampla rede de lutadores contra o neoliberalismo.

É dentro deste esforço que surgem experiências como Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais, a Assembléia Popular e a própria Coordenação de Movimentos Sociais. Porém, dentro da UNE segue vigorando uma concepção utilitária na relação com os movimentos sociais. Por isso, a UNE segue privilegiando a CMS como único espaço de articulação junto aos movimentos sociais organizados. Isto explica, em certa medida, o fracasso das iniciativas que a UNE tentou articular no último ano em conjunto com outros setores organizados, visto a limitação deste espaço, criado no auge do mensalão para defender o governo Lula.

Acreditamos que a UNE deve participar não só da CMS, mas de todas as iniciativas que questionem o neoliberalismo, participando de lutas que possam fortalecer a luta dos trabalhadores e avançar rumo a conquistas concretas. O Seminário Nacional que a UNE está construindo em conjunto com outras entidades estudantis, a partir da Diretoria de Movimentos Sociais, pode ser um marco na revisão da política da entidade para a relação da UNE com os demais movimentos organizados. Precisamos fortalecer esta iniciativa como forma de avançar na luta contra o neoliberalismo.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

Nossa sociedade nega a pluralidade e as diferenças. Todo indivíduo oprime o outro e é oprimido a partir de valores que ditam paradigmas de normalidade. Aquelas e aqueles que não se adaptam são relegadas (os) à exclusão. No cotidiano das relações humanas, modelos de raça, orientação sexual, gênero, língua, entre outros, são impostos. É considerado normal o homem, o branco, o heterossexual, o rico, o magro, o jovem, o nascido no Sul ou Sudeste do país. Aquele que não se enquadra neste modelo sofre exclusão.

A Universidade e o movimento estudantil, enquanto parte desta sociedade, reproduzem tais práticas opressoras, corroborando nos espaços de intervenção, nos discursos, na distribuição dos cargos nas entidades e/ou fóruns acadêmicos com uma cultura machista, homofóbica e racista. Por isso, é preciso mudar a referência para pensar a diferença, e a tarefa de forjar uma nova cultura política no movimento estudantil envolve necessariamente o respeito à pluralidade dos sujeitos e à igualdade dentro dessa diversidade.

Em defesa da diversidade Sexual

Apesar das relevantes conquistas – desde a aprovação de leis e sua execução pela sociedade civil organizada em parceria com agentes públicos até a criação de Centros de Referência em favor dos Direitos LGBTT enquanto Direitos Humanos – e do fato de estas conquistas darem ao movimento ânimo para continuar lutando contra o preconceito difundido por Católicos e Evangélicos, o Brasil ainda traz no seu cotidiano práticas discriminatórias, como atestam os altos índices de violência e preconceito derivados de uma sociedade machista e homofóbica.

Ainda não existem leis em plano Federal que, assim como a Lei Maria da Penha, combatam a violência homofóbica, criando base legal para mecanismos que possam, além de punir, também prevenir, orientar e proteger as vítimas de violência; que permitam a adoção de crianças por casais homossexuais; que legalizem união civil e uma revisão dos currículos de nossas escolas e universidades acerca da discussão de gênero e orientação sexual.

A inserção dos setores organizados do movimento estudantil nesta luta é fundamental. Com da UNE e outras entidades e em parceria com os grupos existentes nas Universidades de todo o país, o ME deve promover uma ampla discussão de práticas que combatam a homofobia em prol da livre expressão afetivo-sexual, fortalecendo o Encontro Nacional de Universitários pela Diversidade Sexual (ENUDES) e incorporando-o ao calendário da UNE.

Igualdade racial

O Brasil é um país racista. Essa consideração, aparentemente antiquada, é cada vez mais sentida pelo povo negro. Em meio ao próprio movimento estudantil, práticas de discriminação são comuns e são manifestas às vezes de forma escancarada, às vezes em atitudes subliminares. Já é hora de enegrecer a universidade e o movimento estudantil.

Nosso primeiro campo de batalha deve ser a própria universidade. Historicamente, foi negado à população negra o direito à educação. A presença quantitativa de estudantes negros e negras na educação superior é quase insignificante. O contingente de universitários no Brasil já é restrito, e dentro deste pequeno universo, menos de 2% são negros. Além disso, nossos parâmetros curriculares são extremamente eurocêntricos e negam a raiz africana das ciências e a sabedoria popular forjada por séculos pelos nativos desta terra. A aprovação da obrigatoriedade do ensino de história da África nas escolas é um avanço, mas não toca na estrutura geral dos currículos das universidades.

Os programas de expansão do governo Lula obedecem à lógica de “uma educação pobre para os pobres”, enquanto a luta pelas cotas na universidade pública permanece sem resposta. A elite branca no Brasil não aceita abrir mão do monopólio do conhecimento, como ficou demonstrado, por exemplo, nas ações racistas quando da aprovação das cotas em 2007 na UFRGS.

No Brasil a opressão de classe e opressão racial estão intimamente ligadas. É essencial entender a conexão entre ambas, o que determinará as formas assumidas pela luta travada pelo movimento negro, integrado aos demais movimentos sociais, para garantir vitórias e a presença de cada vez mais negros e negras dentro dos muros da universidade.

Igualdade entre Homens e Mulheres

Se observarmos as visões que prevaleceram ao longo dos períodos históricos acerca das diferenças naturais entre os sexos, veremos que estas diferenças serviram de justificativa para as inúmeras formas de dominação e opressão que os homens estabeleceram sobre as mulheres. É para mudar essa realidade que nasce e cresce a luta feminista.

Dentro do movimento estudantil, as mulheres sofrem todo tipo de opressão: desqualificação da fala e das bandeiras de luta, tentativa cotidiana de qualificação enquanto mero objeto sexual para os homens, “vitrines” de chapas e gestões de entidades estudantis, além das opressões física e psicológica que sofrem por serem mulheres no espaço da política. Sub-representadas nos micros espaços de poder, assumem tarefas secundárias como fazer atas de reuniões, arrumação das entidades, entre outros. Exceções existem apenas para confirmarem a regra geral da discriminação e opressão de gênero que vivenciamos cotidianamente. As mulheres feministas não querem a inversão de papéis, mas a igualdade entre homens e mulheres.

No movimento estudantil brasileiro, a trajetória da participação e da luta das mulheres guarda similaridades com a evolução geral da participação e da luta geral do movimento feminista no País. O perfil da UNE e do movimento estudantil como um todo vem sendo construído dentro das bases masculinas e brancas, com uma representação fortemente ligada aos setores médios que possuem acesso à educação no Brasil.

Por priorizar as exigências do capital, o Governo Lula não conseguiu realizar uma política que atendesse à agenda apresentada pelo Movimento Feminista e outros movimentos sociais. A desigualdade entre homens e mulheres expressa, tanto nas relações econômicas e políticas como nas relações culturais que prevalecem na sociedade, segue sem o devido enfrentamento por parte do poder público. Mesmo a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) pouco alterou essa situação. A UNE deve encampar em todos os seus fóruns espaços para o debate de gênero e a defesa da legalização do aborto.

- UNIVERSIDADE -

“Ou os estudantes identificam-se com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam dele, e dessa forma, se aliam àqueles que exploram o povo”

Florestan Fernandes

*O 12º Conselho Nacional de Entidades da Base (CONEB) da UNE foi convocado em julho de 2008 com o objetivo de debater a proposta da UNE para a universidade brasileira. Nos últimos anos, com a ofensiva neoliberal levada a cabo através das políticas do MEC para o ensino superior, o movimento estudantil brasileiro se dividiu. De um lado, aqueles que mantiveram as bandeiras históricas dos estudantes brasileiros, em defesa da autonomia, da expansão com qualidade, contra a mercantilização e a precarização. De outro, aqueles que se curvaram às “razões de Estado” e colocaram a defesa do Governo Lula e suas políticas acima dos interesses dos estudantes brasileiros. Por isso, o debate em torno do projeto de universidade que a UNE deve apresentar à sociedade brasileira a partir deste CONEB está marcado por esta divisão. Nós do **Contraponto**, coletivo nacional do movimento estudantil de luta, se colocou desde sempre ao lado das bandeiras históricas dos estudantes e da própria UNE: defesa intransigente da universidade pública, gratuita, de qualidade e que sirva aos interesses do povo e de sua libertação.*

Neste 12º CONEB – fórum que, diga-se de passagem, foi abandonado durante anos pela direção majoritária da UNE – queremos resgatar a plataforma do movimento estudantil de luta, uma plataforma construída em dezenas de ocupações de reitoria; na crítica ao REUNI e na luta por uma expansão de qualidade, no questionamento do modelo existente no ensino privado; na crítica implacável à universidade brasileira tal como a conhecemos. Nas próximas páginas tentaremos apresentar algumas destas questões. Venha com a gente construir a universidade que o Brasil precisa!

REVOLUCIONAR A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A educação é estratégica para construção de um projeto de sociedade pautado pelo combate às desigualdades e às injustiças sociais, pelo avanço das condições materiais e culturais de vida do povo na direção de um país mais justo e igualitário. Por isso, acreditamos que a universidade brasileira deve se colocar a serviço deste projeto, soberano e democrático, garantindo acesso ao conhecimento e possibilitando que este seja produzido e utilizado para o desenvolvimento das potencialidades de nosso povo e do país.

A universidade que temos hoje é fruto de um longo processo que excluiu milhares de jovens do acesso ao ensino superior. Até a década de oitenta, a universidade no Brasil se caracterizou pela baixa oferta de vagas, distribuídas de forma equilibrada entre instituições públicas e privadas, tendo como consequência direta um baixíssimo acesso dos jovens de 18 a 24 anos a este nível de ensino. A partir dos anos noventa, com a implementação das políticas neoliberais de desresponsabilização do Estado para com a garantia do ensino superior público, o fenômeno mais evidente foi o da proliferação indiscriminada de instituições de ensino privadas. Estas políticas, que incluíram a diminuição dos investimentos públicos nas universidades públicas, a desregulamentação do ensino pago e o aumento da presença da iniciativa privada nas instituições públicas, tiveram como consequência a mercantilização do ensino superior, mantendo a realidade excludente no acesso da maioria dos jovens à universidade.

É nessa perspectiva que se insere a luta em defesa da educação como um direito de todos e todas e dever do Estado, protagonizada pelo movimento estudantil em conjunto com os demais segmentos dos movimentos sociais de educação que, ao longo dos últimos 20 anos, vêm resistindo ao avanço dos interesses privados sobre a educação superior e depositando suas energias na defesa da universalização da universidade pública, gratuita, democrática, de boa qualidade e popular.

Ampliar as universidades públicas em cursos de qualidade, gratuitos e que não precarizem a entrada da juventude no mercado de trabalho, possibilitando a inclusão de milhões de jovens que hoje estão excluídos da universidade, em particular os jovens que vivem nas grandes periferias urbanas e rurais, em sua grande maioria negros e negras, é certamente um dos principais desafios postos diante da sociedade brasileira. No entanto, se a ampliação de vagas na universidade pública é uma prioridade, é preciso garantir que esta expansão venha acompanhada de uma verdadeira transformação da universidade que temos hoje. De um

lado, é preciso garantir que esta expansão seja feita dentro de determinados padrões de qualidade e a partir de uma perspectiva popular da universidade, cujo ensino, pesquisa e extensão estejam a serviço da emancipação do povo. De outro lado, é preciso garantir a permanência dos estudantes no decorrer do seu curso, pois a evasão ainda é altíssima nas universidades públicas brasileiras e as políticas de assistência estudantil devem ser encaradas como elemento central na garantia da democratização e do acesso ao ensino superior.

Hoje está em curso um processo de (contra)reforma da universidade brasileira, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior através de medidas que vão na contramão das bandeiras históricas do movimento estudantil e do movimento educacional em geral. Expande-se vagas em cursos de curta duração ou à distância, reduzindo currículos, atacando o tripé ensino-pesquisa-extensão, formando “mão-de-obra” semi-especializada e sem qualquer visão crítica do mundo. Além disso, a expansão em curso segue tendo por base a diluição das fronteiras entre o público e o privado, seja através da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, seja na presença dos interesses do mercado dentro das universidades públicas.

Soma-se a isso a privatização indireta que vem avançando na universidade pública brasileira. Contando com a omissão do poder público, a iniciativa privada vem explorando os recursos materiais e humanos das universidades públicas brasileiras. Através do oferecimento de cursos pagos e desenvolvimento de pesquisas operacionais, cujos resultados são direcionados para si próprio, ou seja, para o seu lucro, o mercado têm usado a universidade como espaço privilegiado para a diminuição de custos e garantia de excelência nas pesquisas desenvolvidas no seu interesse, ferindo a função social da produção de conhecimento na universidade.

Para coroar este quadro, além do processo de privatização das universidades públicas, há também uma outra privatização, mais explícita e talvez mais perversa: a proliferação, sem nenhum critério nem controle, de instituições privadas de ensino superior. A grande maioria das vagas existentes no ensino superior encontra-se em estabelecimentos particulares, marcados, via de regra, pelo total descaso na qualidade da formação, pela ausência de práticas de pesquisa e extensão e pela repressão a toda e qualquer forma de organização e expressão de quem neles trabalha e estuda.

Atrelados aos interesses das mantenedoras, setores do mercado defendem como solução para o problema do acesso à educação superior, a expansão de vagas em instituições privadas de ensino e a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Porém, a inadimplência e a evasão, fruto dos valores exorbitantes das mensalidades só crescem ano a ano. Hoje, de cada 10 estudantes, que ingressam numa instituição particular de ensino, 7 abandonam o curso porque não têm condições de se manter, além do grande número de estudantes inadimplentes.

Mudar essa situação é possível e necessário. Portanto, é preciso lutar por uma verdadeira inversão de prioridades no campo da educação superior: valorizar, investir e ampliar as universidades públicas viabilizando o acesso dos jovens de baixa renda em seu interior; e regulamentar duramente as universidades privadas, protegendo quem nela estuda e trabalha contra a lógica perversa do lucro, ao mesmo tempo em que se proíbe a entrada do capital estrangeiro nas instituições. A conclusão, óbvia, é que a solução para o problema do acesso à educação superior no Brasil é a expansão das universidades públicas com qualidade, acompanhadas de políticas de ações afirmativas e ampliação da assistência.

A universidade hoje

Nos últimos anos, a reforma universitária de iniciativa do Governo Federal esteve no centro dos debates do movimento estudantil e educacional em geral. Ao questionarmos o mérito e o método da reforma atualmente em curso no país, o que está em jogo é o papel que a educação superior deve cumprir na sociedade: manter o *status quo* ou agir criticamente sobre a sociedade para promover verdadeiras transformações sociais.

O governo Lula vem implementando aos poucos uma reforma universitária no Brasil. As medidas já aprovadas são: o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o decreto que regulamenta a relação entre as fundações privadas ditas “de apoio” e as IFES, a Lei de Inovação Tecnológica e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais – o REUNI. Além destas, tramita no Congresso Nacional do PL 7200/06, o projeto de reforma universitária em si. Boa parte de suas medidas têm sido contempladas na implementação do REUNI e vamos aprofundá-las mais adiante.

Parte destas medidas, caminham na direção de colocar a universidade pública diretamente a serviço dos interesses do mercado. A Lei de Inovação Tecnológica, por exemplo, coloca em xeque a função social da pesquisa nas universidades federais, na medida em que abre os laboratórios das universidades, cedendo seu quadro de docentes a pesquisas de interesse estritamente privado, deixando de considerar as necessidades do desenvolvimento do conhecimento em cada região. Outro exemplo desta lógica é o decreto que regulamenta a presença das Fundações ditas de apoio nas universidades públicas. Hoje, a grande maioria destas fundações administra recursos adicionais, sem qualquer transparência ou controle da comunidade acadêmica, permitindo a captação de recursos privados (tanto de empresas como através da cobrança de taxas e semestralidades de estudantes), resultando em recorrentes denúncias de irregularidades que comprometem a saúde financeira das universidades públicas e atacam frontalmente sua autonomia, a exemplo de UnB e UFSM, dentre outras.

O sistema de avaliação institucional em vigor no Brasil, não garante um acompanhamento permanente e compartilhado dos elementos que compõe a formação, permitindo a supervalorização do Exame Nacional de Avaliação do Ensino (ENADE) e o “ranqueamento” das instituições avaliadas. Assim, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), ao qual o ENADE está vinculado, embora contenha diversos avanços em relação a outras experiências, acaba favorecendo os interesses dos grupos privados de educação, pois estes se beneficiam dos resultados da avaliação para garantir a manutenção de sua fatia do mercado. Todo esse processo corrobora com os interesses privados que se beneficiam dos resultados da avaliação para garantir sua reputação no “mercado” das vagas no ensino pago, jogando no estudante a responsabilidade por eventuais falhas em sua formação.

Além destes mecanismos, o ensino privado também tem se beneficiado da transferência de recursos públicos que se dá através do PROUNI, que tem garantido a sobrevivência de centenas de instituições privadas de menor porte. Estudos comprovam que, com os recursos oriundos da renúncia fiscal realizada pelo PROUNI, seria possível aumentar em quantidade igual ou superior o número de vagas nas universidades públicas. Por isso, é preciso repensar o papel do Estado na garantia do acesso ao ensino superior, impedindo que sua responsabilidade seja transferida à iniciativa privada. Além disso, o PROUNI reforça a lógica de garantir aos estudantes de origem popular um ensino de “segunda categoria”, visto que grande parte das instituições que mais se beneficiam do PROUNI são exatamente aquelas que não têm uma presença consolidada no mercado e, em geral, têm uma qualidade duvidosa.

Por fim, cabe registro a nova estratégia do governo para a expansão das universidades públicas. O Plano de Reestruturação das Universidades Federais, REUNI, avança num modelo de universidade voltada aos interesses do mercado, promovendo a flexibilização e desregulamentação da formação profissional. O REUNI, dessa maneira, cria condições para a adoção de bacharelados interdisciplinares e cursos de curta duração, como os chamados “tecnólogos”, privilegiando o ensino em detrimento

da pesquisa e extensão, precarizando o trabalho docente e expandindo a universidade sem garantia de qualidade. Defendemos um projeto de universidades que promova a expansão de suas vagas garantindo assistência estudantil, uma formação curricular qualificada e uma produção de conhecimento socialmente referenciada.

Repensar a universidade

A tarefa que temos neste 12º CONEB marca um novo momento da formulação educacional da UNE. Devemos, a partir de nosso diagnóstico, propor ao conjunto dos movimentos sociais pela educação uma nova agenda em defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Para tanto, devemos superar o imediatismo pensando a universidade e nossa luta numa perspectiva de longo prazo. Para garantir uma universidade em condições de representar um projeto popular e soberano para o país, é necessário garantir Art. 124 da Constituição Federal, que compõe um dos pilares da universidade brasileira efetivamente democrática, garantindo sua plena **autonomia**. Tratando de um projeto estratégico de nação de longo prazo, o papel que a universidade cumpre é fundamental para a construção de modelos ligados a realidade que o conjunto da população vivencia, sendo o espaço universitário próprio à produção de conhecimento para uma nação soberana e auto-referenciada.

Apesar de quase 90% do conhecimento gerado passar pelas universidades públicas, não é possível atingir independência administrativa, financeira e didático-pedagógica enquanto estas universidades forem dependentes do aporte financeiro de instituições e fundações privadas, ou enquanto houver qualquer tipo de ingerência governamental sobre elas. A **autonomia universitária** é uma conquista que precisa ser reafirmada dia a dia, sendo o pilar fundamental para a efetivação de um projeto popular de universidade.

Para tanto, a questão do **financiamento** é essencial. Hoje, um dos problemas centrais da universidade brasileira reside precisamente nas fontes que financiam as instituições de ensino. As opções feitas pelos sucessivos governos ao longo dos anos demonstraram o compromisso destes projetos com a precarização do ensino superior e os ajustes fiscais impostos pela especulação financeira e os organismos internacionais. Se, por um lado, faz parte da lógica do ensino pago seu auto-financiamento via cobrança de mensalidades, por outro é preciso destacar o papel que o Estado deve cumprir na função de financiar o ensino público, garantindo a devida autonomia financeira das instituições financiadas. Porém, nos últimos anos, tem tomado força a idéia do auto-financiamento das universidades públicas. Assim, a autonomia financeira tem se confundido com a desresponsabilização do Estado, fazendo com que a universidade pública tenha que buscar fontes próprias de financiamento. É neste contexto que surgem as Fundações Privadas “ditas” de Apoio e as dezenas de convênios entre as universidades e empresas privadas. Estas Fundações têm sido alvo de denúncias que comprovam a presença nociva destas instituições no interior das universidades.

Logo, a questão do financiamento por parte do Estado diz respeito à garantia da autonomia financeira das IES, sem a imposição de metas ou pré-requisitos para a alocação de recursos. É preciso problematizar o fenômeno do aumento dos recursos das IFES nos últimos anos. Sim, o orçamento das universidades federais aumentou, porém é preciso compreender como e em que proporção. Em números gerais, o orçamento do MEC para custeio e manutenção do ensino superior subiu de cerca de 7,4 bilhões em 2005 para 11,6 em 2007 (já corrigida a inflação), portanto aumento real. Para 2008, o valor aprovado no Orçamento é de cerca de 11,9 bilhões (sendo que este valor quase nunca é utilizado integralmente). Porém, quando analisamos a participação do ensino superior no orçamento da União, percebemos que os valores são estáveis, quando não decrescentes. Isto é, proporcionalmente à arrecadação de impostos (que cresceu) o valor não aumentou. Então, na verdade, o governo aumentou o volume de recursos para o ensino superior porque a arrecadação também aumentou, mas não é verdade que tenha havido aumento do percentual de investimentos; o MEC investe proporcionalmente o mesmo que FHC investia em 1995! Por isso, o projeto da UNE para as universidades públicas deve passar, fundamentalmente, pelo aumento de verbas para educação, garantindo o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira de investimento de 10% do PIB em educação e com o fim da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) que retiram até 20% dos recursos garantidos pela Constituição Federal para a educação e a crítica implacável à política de contenção de investimentos para a geração de superávit primário do governo Lula.

Para garantir a efetiva autonomia da universidade e o controle social sobre seu financiamento, a **democracia** é um elemento central. No contexto do processo de redemocratização do Brasil, o direito ao sufrágio universal e direito para escolha dos nossos representantes nas diversas instâncias de poder constitui-se num dos eixos essenciais de uma efetiva participação do conjunto da população nos rumos de nossa sociedade. No entanto, baseada numa lógica medieval, a universidade mantém vigente uma estrutura na qual a representação de docentes não pode ser inferior, de acordo com os resquícios autoritários presentes em nossa legislação, a 70% no peso das decisões dos conselhos deliberativos da universidade e no processo de consulta à reitor, enquanto estudantes e servidores juntos respondem pelo restante. Embora regulamentada na própria LDB (Lei de Diretrizes de Base), este artigo impede um verdadeiro envolvimento das três segmentos da comunidade nos rumos da universidade, impedindo ao mesmo tempo a eleição direta para a reitoria das universidades e a manutenção da famigerada “lista tríplice”.

Porém, a estrutura anti-democrática hoje vigente nas universidades brasileiras passa a ser questionada. As recentes mobilizações em universidades públicas reivindicando novas formas de distribuição do poder entre os diversos segmentos da universidade marcam um novo momento da luta em defesa de uma universidade democrática. Por isso, deve compor o projeto de universidade de UNE a defesa intransigente de uma verdadeira revolução na estrutura das instituições de ensino superior, seja nas instituições públicas, seja nas instituições privadas onde a regra é a completa falta de presença da comunidade acadêmica nas decisões. Defendemos o controle das universidades privadas através da imediata criação de órgãos de deliberação que contem com a participação dos diversos segmentos da universidade, e a democratização dos órgãos das universidades públicas através da adoção da paridade na escolha e na composição dos órgãos de direção como forma de envolver todos os segmentos da universidade em suas decisões, sem o qual a universidade não pode expressar toda sua diversidade. Ao mesmo tempo, a experiência da paridade em mais de 20 IFES em todo o Brasil comprova a anacronismo da legislação em vigor e a necessidade de uma atualização da lei.

Além de democratizar a universidade em si, é preciso também democratizar o **acesso** a ela. Deve estar no centro de nossa crítica o “funil” que anualmente impede que milhares de jovens tenham acesso ao ensino público e de qualidade. Na defesa da democratização do acesso, devemos denunciar os mecanismos de seleção à universidade, como o vestibular, que perpetuam uma lógica excludente e meritocrática de acesso ao ensino superior. A situação do acesso à universidade no nosso país é uma das piores do mundo. Apenas 2% dos jovens de 18 a 24 anos têm estão no ensino superior público. Enquanto na maioria dos países do nosso continente a realidade é bem diferente, como na Bolívia (um dos países mais pobres da América Latina), onde 24% dos jovens têm acesso ao ensino superior público. Na maioria dos países do Continente o que há é o livre acesso à universidade pública. Por isso, o vestibular, na verdade, é um mecanismo que mascara a falta de investimento na ampliação da universidade pública. Por isso, é

preciso pensar formas alternativas de seleção (como o sorteio público no lugar do vestibular) ao mesmo tempo em que lutamos pela ampliação das vagas com qualidade. Apesar do necessário debate a ser realizado em cada universidade respeitando a autonomia de cada instituição, devemos defender a implementação de políticas de acesso que possibilitem uma entrada crescente dos setores historicamente excluídos deste nível de ensino. Defendemos a imediata adoção de **políticas de ações afirmativas** como as cotas sociais e raciais. Para estes estudantes, devem ser garantidas pelo Estado as condições para permanência através de recursos específicos para alimentação, transporte, moradia, e demais serviços que compõem as políticas de assistência estudantil.

Estas políticas são um componente central na garantia da **permanência** dos estudantes na universidade. O Plano Nacional de Assistência Estudantil apresentado pelo Governo Lula em 2007, prevendo R\$ 130 milhões para políticas de assistência é absolutamente insuficiente. Segundo dados do Fórum Nacional Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), cerca de 84% dos estudantes das instituições públicas dependem das políticas de assistência para continuar seus estudos. Isto acaba definitivamente com o mito de que as universidades públicas são “elitizadas”. Isto porque, o mesmo estudo comprova que quase 50% dos estudantes das instituições federais são oriundos dos segmentos C, D e E (com renda até R\$ 900,00). Por isso, a UNE deve defender a criação de uma Secretaria de Assistência Estudantil com recursos específicos aprovados no Orçamento da União e gestão democrática dos recursos em cada universidade. Sem políticas de assistência estudantil não é possível preservar a igualdade de condições durante a formação acadêmica.

Neste, processo, os estudantes das **instituições privadas** sofrem da mesma forma. Diante do processo de privatização do ensino público e do crescimento vertiginoso do setor privado, os estudantes se vêem uma grande encruzilhada; a pouca oferta de vagas públicas empurram quase 80% deles às instituições particulares, fazendo com que muitos tenham que pagar por algo garantido constitucionalmente como público, gratuito e de dever do Estado. Nas instituições privadas a realidade é perversa: aumento abusivo das mensalidades sem garantia de qualidade na educação, pesquisa ou extensão, ou ainda, a mínima democracia nos conselhos universitários, impedindo que estudantes, professores e funcionários possam decidir sobre os rumos da universidade.

Por isso a UNE deve propor um conjunto de eixos claros que possam, de fato, garantir a regulamentação das universidades pagas, como a luta por democracia interna nos órgãos colegiados, que deve ser composto de forma paritária entre os três seguimentos, docentes, estudantes, e servidores técnicos administrativos; o estabelecimento nas instituições particulares de Ensino Superior em seus estatutos de conselhos superiores autônomos em relação às mantenedoras; preservação do tripé ensino-pesquisa-extensão, garantindo verba orçamentária específica no orçamento para pesquisa, extensão e capacitação de docentes; garantia de rematricula dos inadimplentes, assistência estudantil e demais medidas que devem também ser garantidas nas universidades públicas; garantia de quadro docente com dedicação exclusiva de um terço, conforme previsto na LDB e a restrição total do capital estrangeiro no ensino superior, tendo em vista o processo de desnacionalização da educação em curso. Nesse interim, a UNE deve promover uma ampla campanha nacional contra o aumento abusivo das mensalidades.

Ao mesmo passo em que garantimos o acesso ao ensino superior, é preciso lutar em defesa da qualidade destas instituições, enquanto elemento indissociável da função social da universidade. Essa qualidade deve ser aferida pelo Estado e comunidade acadêmica, prevendo um forte controle social das instituições privadas e públicas. Para isso, devem ser pensados mecanismos capazes de mensurar esta qualidade respeitando as diversas realidades regionais. Portanto, a UNE deve ter como proposta para garantir uma verdadeira avaliação institucional, o fim do Exame Nacional de Desempenho (**ENADE**), preservando os avanços presentes nas recentes experiências adotadas no Brasil, como a avaliação permanente e a avaliação externa das instituições de ensino superior, garantindo mecanismos mais eficazes de fiscalização das instituições.

Quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias e sua utilização nos processos pedagógicos, devemos garantir que estes sejam objeto de um amplo debate do movimento educacional. Se por um lado não é possível negar que estas tecnologias podem contribuir no acesso às fontes de informação e na democratização de mecanismos de interação e formação, por outro é preciso evitar que estas tecnologias substituam métodos pedagógicos essenciais à garantia de uma formação de qualidade. O uso da *internet* e de outros mecanismos de interação não presencial, possibilitaram o aumento vertiginoso do ensino à distância (**EAD**) que tem sido adotado em larga escala.

Para um projeto emancipatório de universidade, é necessário garantir uma formação sólida que interaja com as diversas realidades locais, garantindo ensino pesquisa e extensão. Dentre os problemas do EAD, estão a tendência à padronização (especialmente quando oferecido por grandes redes privadas), sem a garantia de preservação do tripé ensino-pesquisa-extensão, acesso à políticas de apoio e garantia da interação junto à comunidade universitária, garantindo uma formação completa. Evidentemente, não podemos negar as novas tecnologias e seu uso na formação acadêmica. Porém, é preciso combater as modalidades integralmente não presenciais, fazendo a crítica às experiências semi-presenciais que não garantem um efetivo acompanhamento pedagógico. Da mesma forma, um projeto de expansão da universidade brasileira não pode ter como método prioritário, a proliferação de modalidades de ensino não presenciais; em outras palavras, é necessário preservar o caráter complementar do ensino à distância na formação acadêmica, garantindo uma efetiva regulamentação destas modalidades e investindo na interiorização da universidade através da construção de novos campi, com ensino, pesquisa e extensão.

Acompanhando esta polêmica está a luta pela **reestruturação acadêmica e curricular**. Devemos avançar na formulação de novos parâmetros curriculares que coloquem a universidade a serviço do povo, articulando a interdisciplinariedade a bases pedagógicas horizontais. Para tanto, defendemos o fim dos departamentos em benefício de estruturas acadêmicas mais amplas. Além disso, devemos formular novos paradigmas e métodos de ensino, rompendo com a velha fórmula unilateral “professor-aluno” de transmissão de conhecimento, prevendo ações que permitam o intercâmbio cultural, científico, didático entre todos os segmentos da universidade e seu entorno. Além disso, é dever do Estado garantir recursos que possibilitem fomentar programas de intercâmbio regional, nacional e internacional entre universidades, promovendo a troca entre saberes e culturas.

Em relação à produção de conhecimento, uma das lutas históricas do movimento estudantil tem sido a preservação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Dentre estes elementos, destaca-se, pela relevância que assume na produção de conhecimento estratégico para o país, o tema da **pesquisa**. A universidade deve ter clareza do papel da pesquisa na produção de alternativas para melhorar as condições de vida do povo, constituindo um canal de diálogo efetivo entre a universidade e os movimentos sociais na perspectiva de solucionar suas demandas. A UNE deverá lutar pela ampliação de políticas de iniciação científica e pesquisa básica com financiamento público, observando as demandas do desenvolvimento regional e a ampliação do percentual de jovens pesquisadores.

As recentes medidas que abriram os laboratórios das universidades públicas à iniciativa privada vão na contramão da visão de uma produção científica autônoma. A ciência, transformada em mercadoria, perde a capacidade de transformar a realidade num

sentido emancipatório, e assim, sua função social. Por isso, lutaremos pelo fim da Lei de Inovação Tecnológica, defendendo maior autonomia dos órgãos públicos de financiamento e garantindo a democracia na estruturação das pesquisas na universidade.

Junto à pesquisa e ao ensino, a **extensão** complementa o tripé universitário. Hoje, profundamente desrespeitada pelo Governo Lula e pelos tubarões do ensino pago, a extensão é um elemento central em um projeto popular de universidade. Ela é um dos elementos capazes de colocar a universidade em contato com seu meio, a sociedade ao seu redor, ao mesmo tempo em que expressa as diferentes experiências de aprendizado e produção de conhecimento. Infelizmente, a extensão no Brasil tem sido tratada como política de “segunda categoria”. Os projetos de expansão das universidades públicas em curso, seja presencial (REUNI), seja na modalidade à distância (EAD) desrespeitam solenemente o papel da extensão. Por isso, o projeto de universidade da UNE deve ter como eixo dois elementos-chave: extensão com/para quem e recursos para a extensão. No primeiro caso, devemos defender que a extensão, além de seu papel pedagógico, seja uma ferramenta de aproximação da universidade com o povo e seus setores organizados. Devemos reivindicar a implantação de projetos junto aos movimentos sociais do campo e da cidade, resgatando a função social da extensão. No segundo caso, devemos reivindicar que as universidades garantam nos seus orçamentos, recursos específicos para projetos de extensão, visto que em muitas instituições a extensão é tratada como uma espécie de “voluntariado”. Sem extensão, não há formação de qualidade e a universidade não cumpre sua função social.

Da mesma forma, o **ensino tecnológico** hoje no Brasil não atende devidamente às demandas sociais. São tratados pelos tubarões de ensino como cursos voltados para o mercado e que surgem aos milhares com várias nomenclaturas para atrair públicos distintos. Necessita-se de uma universalização dos cursos, baseados nas reais necessidades do povo, com garantia de uma regulamentação profissional de qualidade.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), que desempenham papel importante nessa área estão defasados e com a predominância de parcerias público-privadas influenciando seu ensino. Os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET's), proposta do governo para a educação tecnológica, não resolve os problemas atuais como a democratização das instituições, a falta de verba específica para assistência estudantil, a regulamentação do ensino tecnológico, colocando este nível de ensino em benefício de cursos de formação continuada para as empresas e a implantação de cursos de licenciatura nos IFET's.

Enfrentando estes temas, a saber, a autonomia universitária, a democracia na universidade, o financiamento, a reestruturação pedagógica, a regulamentação das universidades pagas, o ensino, a pesquisa e a extensão, as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil, dentre outros, é possível derrotar as políticas neoliberais em curso na educação e iniciar um novo tempo para a universidade brasileira.

Derrotar o REUNI, garantir a expansão!

Nos últimos meses as universidades federais têm debatido intensamente os desdobramentos do Plano de Expansão e Reestruturação das IFES – o REUNI. Após as mobilizações que no final de 2007 questionaram em todo o país a proposta de expansão apresentada pelo governo Lula, e apesar do conturbado – e muita vezes ilegítimo – processo de aprovação dos projetos nos Conselhos Universitários, boa parte das universidades federais acabou aderindo ao REUNI.

O movimento estudantil de luta deu sua resposta a esta medida que ataca o ensino público de qualidade: recusou a proposta que vincula o repasse de recursos ao cumprimento de metas de produtividade; à criação de cursos tecnológicos sem nenhuma função social; ao ataque ao tripé ensino-pesquisa-extensão. A UNE, ao contrário, aprovou resolução defendendo a “disputa” do REUNI nos autoritários Conselhos Universitários; ainda que na prática o que vimos tenha sido a defesa intransigente do REUNI por parte de sua direção majoritária ao lado da burocracia universitária em todo o Brasil.

*Mas e agora que o REUNI foi aprovado na maioria dos Conselhos Universitários? Que podemos fazer? Somos contra a ampliação de vagas na universidade pública? Claro que não! Mas queremos que esta expansão se dê com qualidade e não apenas para atender aos interesses do mercado. O REUNI tem como proposta central o aumento de recursos e a expansão da universidade sem qualidade, isto é, mediante o cumprimento de metas que desqualificam o ensino superior. Que devemos fazer? Garantir os recursos usando-os numa expansão de qualidade, ou seja, **barrar o REUNI garantindo a expansão**. Mas isso não é contraditório? Não. Em várias universidades tem sido possível garantir que os recursos vindos via REUNI sejam aplicados, por exemplo, em melhoria da infra-estrutura ou assistência estudantil, ou seja, sem o cumprimento de metas draconianas a expansão deixa de ser caracterizada como REUNI. Devemos lutar para barrar os projetos que estão na essência do REUNI: cursos tecnológicos, bacharelados interdisciplinares, novos cursos que não cumprem qualquer função social, etc. Ou seja, não podemos permitir que os recursos pelos quais tanto **MOVIMENTO ESTUDANTIL** temos lutado sejam utilizados numa expansão sem qualidade. Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu?! Aqui está presente o movimento estudantil!!*

Grito entoado em ocupações de reitorias de todo o Brasil

Vivemos um importante momento no movimento estudantil brasileiro. Os últimos anos, repletos de mobilizações em todo o país, demonstraram que é possível transformar os ataques do neoliberalismo em combustível para a luta em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e que atenda aos interesses do povo. As diversas ocupações de reitorias e o combate ao REUNI nas universidades federais, foram sinais importantes de que é possível garantir conquistas que façam avançar nossas bandeiras históricas. Ao mesmo tempo, as mobilizações trouxeram à tona diversas discussões quanto aos rumos do movimento

estudantil. Quais suas características hoje? Como ele tem se organizado? Qual sua representatividade? Em que situação estão suas entidades nacionais?

Todos reconhecemos a importância do movimento estudantil na história política do país. O momento atual, cheio de contradições, também é produto de um processo histórico complexo. Sem entendê-lo é impossível encontrar saídas que coloquem o movimento estudantil e a UNE de volta no caminho das lutas.

*A tese **Contraponto** propõe esta reflexão e um convite: um convite à rebeldia!*

A natureza da crise do movimento estudantil

Com o avanço do neoliberalismo, a partir dos anos 1990, ingressamos num longo e ainda inacabado período de refluxo das lutas sociais. A ofensiva do capital ao aumentar as taxas de exploração causou um profundo impacto na organização da classe trabalhadora. Com as derrotas sofridas em inúmeras greves durante toda a década passada, o movimento sindical não conseguiu mais enfrentar o bloqueio jurídico-repressivo, mantendo mobilizações que, embora importantes, permanecem localizadas. As mobilizações dos demais movimentos sociais, pouco alteraram essa correlação de forças, fazendo com que a luta camponesa se transformasse – num país essencialmente urbano – na principal expressão de resistência ao neoliberalismo.

Nos anos 90, o movimento estudantil, assim como grande parte dos movimentos sociais, também viveu um refluxo de suas lutas e mobilizações. Desde o “*Fora Collor*”, em 1992, as entidades estudantis nacionais deram respostas tímidas aos ataques à educação pública. Mesmo em momentos de maior acirramento, como na greve das universidades federais, em 1998, a direção da principal entidade nacional dos estudantes, a UNE, pouco fez para garantir sua presença à frente da direção política do movimento.

No mesmo período, a ofensiva neoliberal provocou efeitos devastadores sobre a juventude brasileira. Os índices de participação política dos jovens decresceram e a crise do movimento estudantil – que não se resume a uma “crise de direção” – teve efeitos avassaladores, disseminando práticas e valores cada vez mais conservadores. Por isso, disputar os rumos do movimento estudantil a partir de uma nova concepção de movimento – democrática, radical, combativa e autônoma – é a tarefa central para superar esta situação.

Uma entidade distante dos estudantes e das lutas

Qual o papel das entidades nacionais nas mobilizações de 2007? Qual o papel da UNE diante da luta contra o REUNI ou durante as ocupações de reitoria? Certamente, a ausência das entidades nacionais à frente das mobilizações não chega a ser novidade. Porém, há elementos que exigem um balanço mais atento à esta situação.

Em 2007 a UNE completou 70 anos. Mais do que comemorar, é preciso refletir sobre o papel desta entidade ao longo desse período, em particular nos últimos 20 anos. O momento é oportuno para essa reflexão. Observando sua trajetória em retrospectiva, é nítido que a UNE oscilou no decorrer desse longo percurso entre a combatividade e o conservadorismo. Marcada por intensas idas e vindas, devemos destacar o fato da UNE sempre ter refletido as tensões e os conflitos presentes na sociedade brasileira.

Por isso, tentando caracterizar a atual situação da UNE, saltam aos olhos dois fatos. O primeiro é o profundo distanciamento da UNE em relação aos estudantes, de suas entidades locais, CA's, DA's e DCE's, e suas lutas. Isso passa fundamentalmente pela ausência da entidade em praticamente todas as mobilizações e lutas travadas pelo movimento estudantil a partir das entidades locais – isso quando a UNE não intervém contra a posição das entidades de base. O segundo fato que salta aos olhos, e que se tornou uma marca da intervenção política da entidade, é a sua defensividade. No fundo, trata-se de uma postura que carrega uma visão de negação do conflito em nome do “diálogo pacífico” ou do “entendimento” com Governos e Reitorias e que com o Governo Lula tornou-se puro adesismo.

Mesmo quando a UNE aprova resoluções avançadas e que são unanimidade na sua Diretoria, a entidade nada faz para mobilizar os estudantes, fazendo das resoluções letra morta. A UNE pouco ou nada tem feito diante das centenas de mobilizações travadas espontaneamente pelos estudantes nas universidades país afora. Mesmo nas exceções, como no apoio à ocupação da UnB, a UNE não consegue tomar para si a direção política destas lutas, hoje diluída entre diversos setores, mas presente principalmente na oposição de esquerda.

Porém, o principal fator de rejeição da UNE entre os estudantes, não é resultado apenas da posição da UNE diante dessa ou daquela medida do Governo, mas da total ausência da entidade de toda e qualquer discussão e luta que os estudantes travem. E o mais absurdo é que tais mobilizações se dão, várias vezes, por reivindicações com as quais a UNE tem acordo.

A saída errada

Se é verdade que nas entidades nacionais e estaduais do movimento estudantil a correlação de forças é hoje profundamente desfavorável – e adiante desenvolveremos os fatores para isso – também é verdade que os setores que não abandonaram a luta contra o neoliberalismo seguem tendo expressiva representatividade em diversos DCE's do Brasil e em diversas Executivas e Federações de Curso, CA's e DA's em todo o país. Foi em parte por conta dessa representatividade que o movimento nacionalizou suas lutas durante as ocupações de reitoria no meio do ano e na luta contra o REUNI, no segundo semestre. Isso fez com que um setor do movimento estudantil, defendesse a idéia de que é preciso “romper com a UNE” e construir uma nova entidade nacional de estudantes. Este setor é representado pela Conlute/PSTU.

Como oposição de esquerda na UNE, discordamos desta iniciativa, porque ela parte de uma análise unilateral da crise do movimento estudantil, típica de setores da esquerda para os quais a crise do movimento revolucionário é, *em última instância*, a crise da direção revolucionária. Logo, derrotando a direção “traidora” e garantindo uma direção “revolucionária”, estará superada a crise do movimento estudantil. Por isso, toda a atenção deve estar voltada para a denúncia da direção “traidora” e a construção de uma nova direção. Assim, qualquer vitória (como as conquistadas nas ocupações de reitoria, em 2007) se torna o prenúncio da “vitória final”. Esta visão, ao reduzir o problema do movimento estudantil a uma “crise de direção”, não dá conta de responder às enormes dificuldades que temos tido em alterar a atual correlação de forças e de observar o movimento a partir de sua realidade e não do movimento do “faz de conta” das direções. Tal como aconteceu nos anos 60, o que determinará se a UNE e outras entidades construídas historicamente pelos estudantes poderão ou não voltar às ruas em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é a retomada das lutas e do movimento de base, e não a vontade de organização “A” ou “B”, que do alto de sua autoridade “decreta” que estas entidades estão “superadas” ou em “disputa”.

Mesmo assim, cabe dizer que a confusão criada pelas iniciativas divisionistas tem como responsável não apenas a Conlute/PSTU, mas também a direção majoritária da UNE, composta pela União da Juventude Socialista (a juventude do PCdoB) e seus aliados: partidos tradicionalmente de direita e setores ligado ao PT, como Kizomba e Mudança. Cada um a seu modo, cumprindo papéis diferentes, igualmente alimentam a divisão das entidades. Os primeiros, porque operam a divisão na prática; os

segundos, porque adotam, de forma sistemática, práticas que distanciam a entidade de sua base social. As opções feitas pelo setor majoritário no último período demonstram sua irresponsabilidade, pois elas só podem ser encaminhadas se descerem “goela abaixo” de uma parcela significativa da base social da UNE, como as Executivas e Federações de curso, contrárias ao REUNI. Não se trata de minimizar ou relativizar a parcela de responsabilidade da Conlute/PSTU: estes setores efetivamente operam a divisão, mas eles o fazem tão somente explorando um sentimento acumulado contra a entidade. Por outro lado, setores que até 2003 estiveram na oposição às práticas da direção majoritária da UNE, hoje, por conta da sustentação ao governo Lula e por migalhas dadas a eles na UNE, aliaram-se, formal ou tacitamente à UJS/PCdoB, o que dificulta uma maior resistência às práticas hegemônicas no interior da UNE, fortalecendo um movimento de cúpula, ao invés do movimento de base.

Por uma nova cultura política

O divisionismo afirma que reivindicar a UNE é o mesmo que compactuar com o imobilismo da direção majoritária. Pelo contrário: as principais campanhas, mobilizações e lutas travadas nos últimos anos, em âmbito nacional, estadual e local, foram organizadas exatamente pelos setores de oposição na entidade, que são minoritários no interior de sua diretoria proporcional. Mesmo durante as mobilizações de 2007, foi marcante a presença da oposição de esquerda em todas as ocupações de reitoria, na luta contra o REUNI e na organização e fortalecimento da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária do governo Lula.

Se por um lado é certo que, à frente da entidade, os setores majoritários, sob a liderança da UJS/PCdoB e seus aliados na direita e no PT, adotam uma política que só reforça o atual estado de coisas na UNE, por outro lado reduzir a situação pela qual a UNE passa atualmente às iniciativas e políticas da parcela majoritária de sua Direção é simplificar grosseiramente o debate e perder de vista aquilo que é essencial: se a UNE encontra-se hoje burocratizada e com posturas políticas defensivas e adesistas, é preciso ver que essa situação deve-se menos à Direção e à estrutura da entidade e muito mais a uma cultura política que prevalece entre os estudantes brasileiros. Essa é a verdadeira raiz do problema.

O fato é que a maioria dos estudantes brasileiros tem identidade com as práticas e a política da UJS e seus aliados, no método e no conteúdo. Seja de uma forma mais consciente e clara, seja de uma forma mais difusa, em ambos os casos o que se vê é não só uma base social que sustenta uma maioria na Direção da entidade como reproduz as mesmas práticas e a mesma política no âmbito local.

E não se trata de uma base social composta por estudantes deste ou daquele grupo. O presidencialismo, a estigmatização da divergência, a “tratoragem” nas assembleias, a “conciliação” com Reitorias, estas são, ao lado de muitas outras, práticas naturalizadas no imaginário da grande maioria dos estudantes, e a grande maioria destes estudantes não é da UJS. É justamente essa naturalização generalizada de certas práticas que está na raiz da atual situação da UNE.

Em termos mais claros e diretos, o motivo principal pelo qual a UNE está distante dos estudantes e das lutas é o mesmo pelo qual vários CA's estão distante dos estudantes, voltada apenas para integração e festas, e alheia aos problemas do país. Entendemos que é somente fazendo este diagnóstico que conseguiremos armar corretamente a luta contra o burocratismo no movimento estudantil. A luta só surte efeito quando se combate os problemas pela sua raiz.

A presença e a atuação dos setores de oposição na UNE têm sido muito importantes na resistência ao aparelhamento e ao encastelamento da entidade. São os setores de oposição na Diretoria da entidade que, ao lado das entidades de base, das Executivas e Federações de Curso e mesmo de setores que saíram da UNE, vêm puxando as mais importantes lutas dos últimos anos.

Defender uma nova cultura política no movimento estudantil significa disputar valores diferentes, construindo uma contra-hegemonia, mesmo que de longo prazo. Hoje, esta nova cultura política de movimento poderia ser sintetizada na luta por um movimento estudantil:

- a) autônomo,
- b) radicalmente democrático,
- c) combativo
- d) plural,
- e) de base.

Além disso, também é tarefa desta nova forma de movimento, dar expressão de massas no âmbito do ME a pautas consideradas transversais, tais como a luta feminista e anti-sexista e a luta anti-racista e por ações afirmativas.

O que almejamos é a disputa de valores e práticas. A UNE é um termômetro dessa disputa. Enquanto prevalecer na base uma cultura política conservadora, a UNE continuará sendo uma entidade dirigida por práticas e posturas conservadoras. E, na medida em que os valores da democracia e da combatividade ganharem força no imaginário e na prática política da juventude, essa força poderá se expressar também na UNE. Em outras palavras, o que determinará se a UNE pode ou não voltar a ser um instrumento das lutas é o resultado de uma disputa muito mais complexa, e não o “decreto” desta ou daquela organização.

Breve balanço da atual gestão

A atual gestão (2007-2009) manteve a mesma correlação de forças da gestão anterior. A UJS/PCdoB, aliada a outros setores pró-governo, como Kizomba, Mutirão e Mudança, segue mantendo uma maioria confortável. Mesmo assim, tem sido possível à oposição dar combate a algumas iniciativas que colocam a UNE na contramão das bandeiras históricas do movimento estudantil de luta. Foi assim com o REUNI e outras medidas.

A atual gestão tem perdido grandes oportunidades de colocar a UNE ao lado dos setores combativos do movimento estudantil na defesa de suas pautas históricas. Assim foi na aprovação do REUNI no final de 2007. A direção da UNE, ao invés de se colocar ao lado dos estudantes das universidades federais em defesa de uma expansão de qualidade, optou por negociar junto aos autoritários Conselhos Universitários. No caso da UFRJ, os setores da direção majoritária UNE se colocaram na infeliz condição de “guardas” da reitoria contra os estudantes que questionavam o REUNI. Na UFRGS, organizaram uma vigília pela “aprovação do REUNI” (contra a própria resolução da UNE que defendia a “disputa” do projeto nos Conselhos Universitário e não sua defesa).

Mas, infelizmente, este não foi o único episódio em que a direção majoritária abdicou da crítica às posições conservadoras do governo em favor de sua defesa. O episódio envolvendo o Plebiscito da Vale, quando a UNE se colocou contra a proposta do MST de inclusão de perguntas que questionassem os rumos gerais do governo Lula, também é emblemático. Na prática, a UNE assumiu uma posição na contramão dos movimentos sociais mais combativos e autônomos em defesa do governo, mais uma vez. Na UnB, contra as resoluções congressuais da UNE, a direção majoritária defendeu primeiramente a “regulamentação” das fundações ditas “de apoio”, para só depois, defender a extinção destas fundações, conforme aprovado por consenso no 50º CONUNE.

A campanha pela reforma política impulsionada pela UNE, embora positiva, simplesmente não dá qualquer importância a

um tema central da atual conjuntura política: a corrupção. Lançada em meio ao escândalo envolvendo o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, o manifesto da campanha sequer tratou do assunto. Na prática, trata-se de negar que a base dos escândalos de corrupção está nas alianças espúrias feitas pelos Governo Lula, afirmando que o problema é “estrutural” e que “só uma reforma política pode resolver o problema”. Mais uma vez a direção majoritária da UNE, em nome da defesa do governo Lula, abriu mão de enfrentar de forma progressista um tema central que mobilizava os setores conservadores da sociedade, e não teve iniciativa e vontade política para tratar deste tema.

O episódio mais recente deste “institucionalismo” está relacionado à reconstrução da sede histórica da UNE. Definida pela direção majoritária como a “prioridade da gestão”, a reconstrução do prédio da Praia do Flamengo 132, destruída pela Ditadura Militar, é uma bandeira mesmo dos setores da oposição. Cobrar do Estado brasileiro a responsabilidade pelo crime cometido com a destruição do prédio da UNE é um consenso entre todos na UNE. Porém, a energia dispensada pela direção da entidade, com jantares, campanhas, ações na mídia (incluindo a TV Globo), pressão de ministros e parlamentares, não condiz com a história de lutas da UNE.

O anúncio da reconstrução da sede, feito por Lula durante um ato público realizado no terreno da Praia do Flamengo, apenas marca mais um capítulo desta novela. Mesmo antes da aprovação do projeto de lei que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição da sede e prevê recursos (até R\$ 30 milhões) para sua reconstrução, a direção majoritária já se movimentava para garantir o controle de todo o processo. Defendemos a maior transparência na gestão destes recursos. Para isso, propomos que a UNE assumira para critério em todos os contratos a Lei de Licitações. Embora não seja uma obrigação, acreditamos que assim, evitaremos possíveis desgastes à entidade e garantiremos uma gestão mais transparente dos milhões de reais que virão com a aprovação do PL que tramita no Congresso Nacional.